

MARGEM ESQUERDA

REVISTA DA BOITEMPO

28 1º SEMESTRE, 2017



Copyright © Boitempo Editorial, 2017
Margem Esquerda – revista da Boitempo n. 28

Editora

Ivana Jinkings

Editora-assistente

Thaís Burani

Assistência editorial

Artur Renzo

Editor de imagens

Sergio Romagnolo

Editor de poesia

Flávio Wolf de Aguiar

Revisão

Máira Meyer Bregalda

Capa

Natasha Weissenborn e Artur Renzo

Imagens da capa e miolo

Kazimir Malevich

Três figuras femininas, 1928-1932 (capa); Figura feminina, 1928-1929 (segunda capa); Esportistas, 1930-1931 (terceira capa); Camponeses, 1928-1929 (quarta capa); Cruz negra, 1923 (p. 6); Quadrado negro, 1923 (p. 24); Menino com mochila, massa de cor na quarta dimensão, 1915 (p. 25); Arquitetônica “gota”, 1923 (p. 28); Suprematismo, 1915-1916 (p. 49); Circulo negro, 1923 (p. 56); Composição suprematista, branco sobre branco, 1918 (p. 160).

Projeto gráfico e diagramação

Antonio Kehl

Produção

Livia Campos

Impressão e acabamento

Forma Certa

ISSN 1678-7684

número 28: maio de 2017

1ª reimpressão: setembro de 2017; 2ª reimpressão: julho de 2019

É vedada a reprodução de qualquer parte
desta revista sem a expressa autorização da editora.

BOITEMPO EDITORIAL

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373 – Sumarezinho

CEP 05442-000 São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869

editor@boitempoeditorial.com.br

www.boitempoeditorial.com.br | www.blogdaboitempo.com.br

www.facebook.com/boitempo | www.twitter.com/editoraboitempo

www.youtube.com/tvboitempo

Sumário

Apresentação.....	9
<i>IVANA JINKINGS</i>	

ENTREVISTA

Anita Leocadia Prestes.....	11
<i>IVANA JINKINGS, LUIZ BERNARDO PERICÁS e PAULO BARSOTTI</i>	

DOSSIÊ: FEMINISMO, MARXISMO E A REVOLUÇÃO RUSSA

As origens do feminismo marxista (e da Revolução de 1917).....	25
<i>MARIA LYGIA QUARTIM DE MORAES</i>	
A libertação das mulheres e a Revolução Russa: legado e lições.....	38
<i>WENDY Z. GOLDMAN</i>	
A Revolução Bolchevique no olhar de Clara Zetkin.....	49
<i>REJANE CAROLINA HOEVELER</i>	

ARTIGOS

A humanidade e o socialismo	57
<i>MIGUEL URBANO RODRIGUES</i>	
Da Revolução de Outubro ao ecocomunismo no século XXI.....	69
<i>MICHAEL LÖWY</i>	
Pachukanis: a teoria marxista do direito aos cem anos da Revolução Russa.....	75
<i>RICARDO PRESTES PAZELLO</i>	
Lenin navegando em territórios desconhecidos.....	90
<i>SLAVOJ ŽIŽEK</i>	

Gramsci, o fascismo, a hegemonia.....	101
<i>GUIDO LIGUORI</i>	
HOMENAGEM	
Fidel, teu nome é Revolução	113
<i>EMIR SADER</i>	
DOCUMENTOS	
A Revolução Russa	117
<i>ASTROJILDO PEREIRA</i>	
Mulher e socialismo	119
<i>VALENTINA TERECHKÔVA</i>	
CLÁSSICO	
Carta sobre o stalinismo	127
<i>GYÖRGY LUKÁCS</i>	
RESENHAS	
Emancipação feminina, emancipação da humanidade	143
<i>MARIA ORLANDA PINASSI</i>	
Encruzilhadas da crítica marxista: afinidades, dissensos e atualidades	147
<i>FABIO MASCARO QUERIDO</i>	
Mapeando as engrenagens do capital.....	151
<i>MOZART SILVANO PEREIRA</i>	
NOTAS DE LEITURA	
Hoje acordei pra luta! Intelectuais pela universidade pública	155
<i>MARCOS BAGNO</i>	
Feminismo no exílio: o círculo de mulheres brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris.....	156
<i>DANIELLE TEGA</i>	
POESIA	
Maiakovski e seu passaporte vermelho	158
<i>FLÁVIO WOLF DE AGUIAR</i>	
Poema do passaporte soviético	159
<i>VLADIMIR MAIAKOVSKI</i>	

Comitê de redação deste número

Artur Renzo • Flávio Wolf de Aguiar • Ivana Jinkings •
Luiz Bernardo Pericás • Sergio Romagnolo

Conselho editorial

Afrânio Mendes Catani • Alysson Leandro Mascaro • Boaventura de Sousa Santos • Carlos Nelson Coutinho (*in memoriam*) • Emília Viotti da Costa • Emir Sader • Francisco de Oliveira • Heloísa Fernandes • István Mészáros • Jacob Gorender (*in memoriam*) • João Alexandre Peschanski • José Paulo Netto • Leandro Konder (*in memoriam*) • Maria Lygia Quartim de Moraes • Maria Orlanda Pinassi • Michael Löwy • Miguel Urbano Rodrigues • Paulo Arantes • Paulo Barsotti • Ricardo Antunes • Roberto Schwarz • Slavoj Žižek

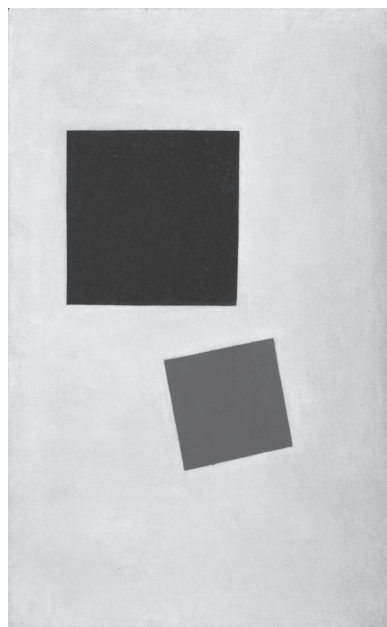
Conselho de colaboradores

Alexandre Linares • Angélica Lovatto • Antonino Infranca • Antonio Carlos Mazzeo • Antônio Ozaí da Silva • Antonio Rago • Artur Renzo • Bibiana Leme • Caio Antunes • Camilo Caldas • Canrobert Costa Neto • Carla Ferreira • Carlos Eduardo Martins • Carlos Serrano Ferreira • Clarisse Castilhos • Claudia Mazzei Nogueira • Edilson Gracioli • Fabio Mascaro Querido • Fernando Coltro Antunes • Fernando Marcelino • Gaudêncio Frigotto • Geraldo Augusto Pinto • Gilberto Maringoni • Henrique Amorim • Isabella Marcatti • Isleide Fontenelle • Jair Pinheiro • Jesus Ranieri • João dos Reis Silva Jr. • João Sette Whitaker • Jonathan Erkert • Jorge Grespan • José Luís Fiori • Kim Wilhelm Doria • Liliana Segnini • Lincoln Secco • Luciano Vasapollo • Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida • Luiz Ismael • Marcelo Ridenti • Marco Aurélio Santana • Maria Lúcia Barroco • Mario Duayer • Mathias Luce • Maurício Gonçalves • Milton Pinheiro • Nélio Schneider • Otília Arantes • Paula Marcelino • Paulo Denisar Fraga • Plínio de Arruda Sampaio Jr. • Roberto Leher • Rodrigo Castelo • Ronaldo Gaspar • Rosane Borges • Ruy Braga • Silvio Luiz de Almeida • Sofia Manzano • Thaisa Burani • Virgínia Fontes • Wolfgang Leo Maar

contato: margemesquerda@boitempoeditorial.com.br

As origens do feminismo marxista (e da Revolução de 1917)

MARIA LYGIA QUARTIM DE MORAES



Não é exagero afirmar que *O segundo sexo** é a obra que originou o feminismo contemporâneo e cimentou o caminho para a teoria de gênero e para uma nova concepção de sexualidade. Antes do clássico de Simone de Beauvoir, a luta pelos direitos da mulher era travada principalmente em termos de direitos de voto e direitos sociais. Com Simone e seu “ninguém nasce mulher, torna-se” as tradições e os preconceitos que regem nossa sociedade, bem como suas normas e padrões de normalidade, receberam um forte abalo. Não à toa o livro foi excomungado pela Igreja em 1956, quando as traduções impulsionaram a difusão das ideias de Simone, que foi uma proto-desconstrucionista, pois tudo aquilo que “se torna” pode ser desconstruído.

A publicação de *O segundo sexo* no Brasil resultou de sua viagem ao nosso país, em 1960, com Jean-Paul Sartre. O casal vivia o auge do sucesso, com romances premiados e ativa participação no cenário político. Assim, aqui desembarcaram vindos de Cuba em setembro, sendo recebidos por entusiasmados estudantes para uma estada de três meses. Aproveitando a ocasião, a editora Difusão Europeia do Livro, que já tinha publicado dois romances de Simone, aproveitou o ensejo e lançou os dois volumes de *O segundo sexo*, na tradução primorosa de Sérgio Milliet.

* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009. (N. E.)

E foi a publicação do livro que deu às leitoras brasileiras, feministas em construção, a argumentação precisa para responder aos argumentos das diferenças biológicas que justificariam uma pretensa superioridade masculina. Faço parte dessa geração das filhas de Simone, que descobriu o acervo de obras sobre a opressão da mulher, escritas principalmente pelos e pelas socialistas do século XIX, especialmente a obra de Marx e Engels. E também a importância das lutas e da presença das mulheres em todas as revoluções socialistas dos séculos XIX e XX.

Dada a clandestinidade dos partidos comunistas e a guerra fria, pouco se conhecia no país sobre as conquistas obtidas pela revolução socialista de 1917 e pelas mulheres que dela participaram e foram as primeiras a obter a completa igualdade com os homens em matéria de direitos. A leitura de *O segundo sexo* revelou a análise marxista sobre a opressão da mulher e as lutas e conquistas das socialistas alemãs e russas, especialmente Clara Zetkin e Aleksandra Kollontai.

Simone, como Clara e Aleksandra, inspirou-se e utilizou os escritos de socialistas e comunistas, incorporando a seu trabalho as teses de Engels sobre as origens da família e da opressão da mulher. O ocultamento da incorporação do marxismo em *O segundo sexo* é uma das dimensões da atual despolitização do feminismo e suas teóricas, assim como o das lutas operárias e do fato inquestionável que as lutas pela libertação nacional, as lutas de classe e as lutas contra a opressão da mulher são lutas encabeçadas e apoiadas por pessoas e partidos de esquerda. No caso de Simone, socialista convicta e feminista tardia, a frase encantada é “ninguém nasce mulher”, que inicia o livro e é citada *ad nauseam*. No entanto, nunca vi menção ao fato de Simone terminar seu livro com uma citação de Marx que diz:

A relação imediata, natural, necessária do homem com o homem é a relação do homem com a mulher. Do caráter dessa relação decorre até que ponto o homem se comprometeu como *ser genérico*; a relação do homem com a mulher é a relação mais natural do ser humano com o ser humano. Nela se mostra, portanto, até que ponto o comportamento *natural* do homem se tornou *humano* ou até que ponto o comportamento *natural* do homem se tornou seu ser *natural*, até que ponto sua natureza humana se tornou *sua natureza*.

Marx e Engels: a opressão da mulher como produto histórico

A citação encontra-se nas *Obras filosóficas*, consideradas como obras de juventude sem que com isso perca seu valor como preceito ético,

ao apontar a situação da mulher como índice do grau de desenvolvimento social. Em *A ideologia alemã*, de 1846, a instituição da família aparece como um dos momentos de passagem para a sociedade de classes. Essa hierarquização processa-se no interior do próprio processo de trabalho, pois, como assinalam Marx e Engels,

Com a divisão do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem.¹

No *Manifesto Comunista*, de 1848, Marx e Engels reafirmam a mesma identidade entre a opressão da mulher, família e propriedade privada, preconizando a abolição da família como meta dos comunistas. “O palavreado burguês sobre a família e a educação, sobre os doces laços que unem a criança aos pais”, comentam Marx e Engels, porque não reconhece que a família só pode existir para os ricos, “à medida que a grande indústria destrói todos os laços familiares dos proletários e transforma suas crianças em simples artigos de comércio, em simples instrumentos de trabalho”².

Na introdução de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*³ (1884), Engels destaca a importância das teses antropológicas de Morgan, “que descobriu de novo, e à sua maneira, a concepção materialista da história – formulada por Marx, quarenta anos antes – e, com base nela, chegou, contrapondo barbárie e civilização, aos mesmos resultados essenciais de Marx”. Não obstante o fato de pesquisas posteriores terem demonstrado o simplismo de seu protótipo de evolução familiar, Morgan teve o mérito de defender a historicidade da instituição familiar em oposição ao pensamento conservador, que a via como instituição permanente, “natural”. Engels, por sua vez, desmistifica a pretensa identidade da família com a natureza humana,

¹ Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã* (trad. Nélcio Schneider et al., São Paulo, Boitempo, 2007), p. 36.

² Idem, *Manifesto Comunista* (org. Osvaldo Coggiola, São Paulo, Boitempo, 1998), p. 55.

³ Friedrich Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (Rio de Janeiro, BestBolso, 2014).

mostrando que seu aparecimento coincide com o desenvolvimento da propriedade privada e que é seu caráter flexível que lhe permite adaptar-se aos sucessivos sistemas sociais e continuar existindo.

Apoiando-se nos dados de Morgan, Engels afirma que o desenvolvimento das forças produtivas – isto é, o aumento da produtividade do trabalho –, ao permitir a produção de um excedente econômico, detonou também a luta pela posse dos bens acumulados, assim como estimulou as primeiras relações de troca (e as guerras pelos bens dos vizinhos). Estas são as circunstâncias em que se desenvolve a exploração do homem pelo homem, tendo na escravidão sua forma mais radical. Quanto mais se processa a separação entre cidade e campo e entre a produção social e a doméstica, mais se deteriora a situação da mulher.

A maternidade, limitando temporariamente a mobilidade da mulher, especialmente na gravidez e na amamentação, seria a base da divisão sexual do trabalho que hoje chamamos de “modelo patriarcal”. Afastadas da esfera criadora da riqueza social e submetidas ao poder masculino, as mulheres permaneceram sem o controle do poder econômico, enquanto os homens estabeleciam, por meio da violência e da persuasão, as regras do jogo. A perda do poder materno foi acompanhada pela submissão da mulher ao marido, e da mãe ao pai.

O homem, para assegurar-se de sua descendência, passou a exigir a fidelidade da mulher. As consequências da monogamia compulsória para as mulheres foram desastrosas: “O homem empunhou as rédeas da casa, a mulher se viu degradada, convertida em serviçal, em escrava da luxúria do homem, simples instrumento de reprodução”⁴, ressalta Engels. Ademais, o fruto do trabalho feminino, que em sociedades primitivas aparecia como socialmente necessário, vai se transformar, nas sociedades mercantis, em trabalho doméstico. Assim, a instituição da família monogâmica, com o advento da sociedade de classes, reduz a produção doméstica a um serviço privado, feito por cada mulher, no interior de cada unidade familiar. A partir de então, a vida social cinde-se em duas esferas: a pública, domínio dos homens, que sofrerá grandes transformações no decorrer da história, e a esfera privada, lugar da família, domínio da mulher, que se vê, pois, excluída de qualquer participação social que ultrapasse os limites de seu “lar”.

É por esse conjunto de fatos que a questão da família torna-se crucial para a compreensão do lugar hierarquicamente inferior ocupado

⁴ Idem.

M A R I A L Y G I A Q U A R T I M D E M O R A E S

M A R I A L Y G I A Q U A R T I M D E M O R A E S

M A R I A L Y G I A Q U A R T I M D E M O R A E S

M A R I A L Y G I A Q U A R T I M D E M O R A E S

M A R I A L Y G I A Q U A R T I M D E M O R A E S

M A R I A L Y G I A Q U A R T I M D E M O R A E S

profissionalmente, quer seja pelas condições de trabalho, quer seja pela própria hostilidade dos operários, que temiam a concorrência.

A história do desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos esclarece as condições específicas da incorporação feminina ao exército industrial. Como se sabe, no período entre 1870 e 1920, vencida a Guerra de Secessão, os Estados Unidos conheceram um notável desenvolvimento que os transformaria na mais poderosa nação do mundo. A importância das atividades industriais aumentou sem cessar, incorporando contingentes crescentes de força de trabalho, especialmente dos imigrantes que não cessavam de chegar – estima-se que cerca de 24,5 milhões de europeus se estabeleceram em território estadunidense nesse período. Analisando as estatísticas sobre as características da incorporação da mulher às atividades fabris nos Estados Unidos nesse período, observa-se que a primeira diferença de gênero concerne ao fato de as unidades produtivas estarem segregadas por sexo, existindo uma nítida diferença entre o pagamento feito aos homens e às mulheres. Além de maiores salários, o sistema de pagamento masculino incluía incentivos e participações, ao passo que, no caso das mulheres, o pagamento era por peça. A discriminação contra as mulheres também era praticada pelas organizações de classe e sindicatos, com exceção do Industrial Workers of the World (IWW), fundado em 1905, que defendia as mulheres, minorias e trabalhadores sem qualificação. Radicais, apregoavam a luta de classes e a necessidade de democracia nos locais de trabalho, e suas lideranças eram perseguidas pela polícia e pela máfia, especialmente quando se opuseram ao esforço de guerra dos anos 1914 e 1918. A oposição à guerra foi uma constante entre as associações operárias socialistas, nos Estados Unidos e na Europa.

Em 1889, já seis anos depois da morte de Marx, coube a Friedrich Engels a tarefa de reorganizar os socialistas a partir de um encontro em Paris, que originou o Congresso fundador da II Internacional. Mais uma vez, os anarquistas, que recusam a luta política e preconizam somente a ação sindical, não são aceitos. O Congresso toma a iniciativa de propor o dia 1º de maio de 1890 como Dia Internacional do Trabalho e reivindicar oito horas de jornada diária de trabalho, acompanhando a proposta realizada pelos sindicalistas norte-americanos.

Se na I Internacional as mulheres estavam excluídas, existindo um forte movimento contra a presença feminina no mercado de trabalho, a situação já não é a mesma na II Internacional, refletindo a presença crescente das mulheres nos espaços públicos. Analisando os anais

das reuniões das três internacionais, Nicole Gabriel comenta que, se na primeira as mulheres estiveram ausentes e na terceira a maioria era russa, a II Internacional foi dominada pelos alemães, refletindo a importância da social democracia alemã⁵. Ao mesmo tempo, as influências teóricas vieram de outras partes da Europa, como o livro de August Bebel *La femme et le Socialisme*, de 1878.

O feminismo revolucionário: Clara Zetkin e Aleksandra Kollontai

Muitas das conquistas obtidas pelas mulheres no decorrer do século XX são o resultado da militância e da prática teórica da alemã Clara Zetkin (1867-1933) e da russa Aleksandra Kollontai (1872-1952). Elas fazem parte da geração seguinte à de Marx e Engels e atuaram no campo das lutas de classes concretas, como bem observa Perry Anderson. Exponentes do movimento comunista internacional, Clara e Aleksandra dedicaram grande parte de suas vidas à causa socialista, tanto na criação dos partidos comunistas na Alemanha e na Rússia como, após a vitória da Revolução bolchevique, à tarefa de construção de uma nova sociedade. Atuaram, ademais, na luta pela emancipação da mulher, escrevendo, debatendo e organizando trabalhadoras e socialistas em movimentos. De todas as feministas socialistas, contudo, é Clara Zetkin quem dá prioridade à organização e à militância com as mulheres, fundando em 1890 a revista *Igualdade*, órgão do movimento feminino operário alemão. Zetkin participou ativamente da organização das primeiras associações operárias femininas e de mulheres socialistas que, posteriormente, se agrupariam numa federação⁶. Em 1907, por ocasião da I Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, Clara foi coautora de uma resolução (aprovada) em que se exigia “direito a voto; igualdade de oportunidades e de salários para igual trabalho e proteção social à mulher e à criança”⁷.

Aleksandra Kollontai, por sua vez, nasceu na Rússia e foi a caçula amada e mimada de uma família de posses, recebendo formação teórica na própria casa, com uma professora vinculada às camadas revolucionárias russas. Casou-se por amor, segundo ela, e teve um filho. Três anos depois de casada, contudo, “a existência de dona de

⁵ Nicole Gabriel, “L’Internationale des femmes socialistes”, *Matériaux pour l’histoire de notre temps*, v. 16, n. 1, 1989, p. 34-41.

⁶ Aleksandra Kollontai, *Autobiografia de uma mulher emancipada* (São Paulo, Proposta, 1980), p. 52.

⁷ Ibidem, p. 62.

casa e esposa se converteu numa espécie de jaula”⁸, o que a levou à militância junto ao movimento operário revolucionário russo; ao mesmo tempo, deu prosseguimento a seus estudos.

Kollontai foi testemunha da violenta repressão policial exercida pelo tsar: “O Domingo Sangrento de 1905 surpreendeu-me na rua. Eu me dirigia com os manifestantes para o Palácio de Inverno e a visão do massacre cruel de operários desarmados ficou para sempre em minha memória”⁹. Seguiram-se anos difíceis para a oposição. Em 1908, quando defensoras burguesas dos direitos femininos convocaram para o I Congresso de Mulheres de toda a Rússia, os bolcheviques, apontando as limitações das propostas, declaram-se contra sua participação. Aleksandra Kollontai, não obstante, procurou fazer com que as operárias socialistas participassem, em pequenos grupos. Recorda ela, em sua autobiografia:

Conseguí levar a cabo esse projeto, não sem resistências. Meus camaradas de partido nos culpavam, a mim e a minhas correligionárias, de sermos “feministas” e conceder excessiva importância aos nossos assuntos de mulheres. Naquela época, não sabiam ainda valorizar em absoluto o papel extraordinário que cabia às trabalhadoras, às mulheres economicamente independentes, na luta política.¹⁰

Em represália à militância de Kollontai, a polícia política russa aumenta o cerco a sua volta, obrigando-a a se exilar na Alemanha, onde ingressou no Partido Social-Democrata, militando como “oradora popular” e escritora, até 1917. Data de 1909 o aparecimento dos *Elementos sociais da questão da mulher*, a maior obra (também em tamanho, com mais de quatrocentas páginas) de Aleksandra sobre a condição da mulher. Ao referir-se ao tema da evolução e declínio da família, a autora utiliza os escritos de Engels e *A mulher e o socialismo*, de August Bebel. Às teses consagradas pelo socialismo sobre o assunto, Kollontai adiciona dados e informações sobre a situação da mulher russa à época. Comentando as propostas dos socialistas para as “mulheres trabalhadoras esmagadas por um duplo fardo (as obrigações domésticas e o trabalho na fábrica)”, ela aponta uma série de medidas sociais e políticas que poderão “aliviar a penosa situação das mulheres e das mães, de proteger a saúde e mesmo a vida da geração futura”.

⁸ Idem.

⁹ Ibidem, p. 16.

¹⁰ Ibidem, p. 19.

Estas melhorias devem, em primeiro lugar, favorecer a aceleração do processo econômico que destrói a pequena unidade econômica familiar e que, tirando as preocupações com as tarefas domésticas – que pesam sobre as mulheres trabalhadoras – e transferindo-as para coletividades especialmente adaptadas; em segundo lugar, elas têm por tarefa defender os interesses da criança e da mãe, de promover uma legislação protetora, incluindo o seguro materno; em terceiro lugar, finalmente, essas medidas devem estimular a transferência do cuidado da nova geração da família para o Estado ou administração local, à condição expressa, bem entendido, que ambos sejam plenamente democráticos.¹¹

A leitura atenta do programa defendido por Kollontai justifica o tamanho da citação. Com efeito, encontram-se aí sintetizados os pontos mais importantes das reivindicações das feministas brasileiras, muitas vezes com as mesmas palavras. No primeiro editorial do periódico *Nós Mulheres*, de 1976, as editoras denunciavam a situação das mulheres ao mesmo tempo que distinguiam as diferenças de classe.

Nós Mulheres somos oprimidas porque somos mulheres. Mas mesmo entre nós existem diferenças. Um grande número de mulheres cumpre hoje uma dupla jornada de trabalho: o trabalho fora de casa e o trabalho doméstico. Outras cumprem só as tarefas domésticas. Mas, entre as próprias donas de casa persistem diferenças. Existem aquelas que não são obrigadas a fazer o serviço doméstico porque têm dinheiro para contratar alguém que faça esse serviço por ela.

Assim, reencontramos o alvo privilegiado da preocupação das feministas marxistas: as mulheres trabalhadoras das classes pobres. A mesma convicção de que sem a autonomia financeira da mulher não há condições para a igualdade entre os sexos e que a solução para o trabalho doméstico é sua “socialização”: queremos, portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares, para que possamos, junto com os homens, assumir as responsabilidades pela sociedade.¹²

Além do reconhecimento da importância do trabalho doméstico, as feministas do *Nós Mulheres* conclamavam os homens a se unirem às lutas das mulheres: “Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e que os filhos que temos

¹¹ Ibidem, p. 95-6.

¹² *Nós Mulheres*, São Paulo, n. 1, 1976, p. 2.

são dele e que devem assumir conosco as responsabilidades caseiras”. Esse ponto, diga-se de passagem, sempre provocou discussões internas. Pois não obstante estarem de acordo, como Kollontai, de que as reformas só poderiam efetivar-se em democracias socialistas, as marxistas brasileiras conheciam bem os resultados do imobilismo político embutido na tese do “primeiro a revolução socialista, depois a questão da mulher”, tão cara ao movimento comunista internacional. Estavam convencidas, pela própria experiência pessoal – nenhuma das participantes do *Nós Mulheres* tinha deixado os filhos aos cuidados do marido, como Kollontai – de que era fundamental enfrentar o conflito dentro de casa. Não era justo que a mulher trabalhadora tivesse sempre de arcar com a responsabilidade doméstica, quando ela também voltava exaurida depois das horas no emprego e nos transportes coletivos.

Em outro aspecto crucial, as teses das feministas do *Nós Mulheres* e do *Brasil Mulher* coincidiam exatamente com o programa formulado por Kollontai cerca de sessenta anos antes, no tocante à questão social. Mesmo nos dias atuais, quando confrontamos as conquistas garantidas pela Constituição de 1988 e a pequena parcela da população que pode desfrutá-las na prática, temos de concordar com Kollontai quando ela diz que, com a miséria, nenhuma legislação de proteção, nenhuma assistência materna pode, de fato, “aliviar de forma tangível o fardo da mulher casada”¹³.

Quem diria que o Dia Internacional da Mulher inauguraria uma revolução?

No dia 8 de março de 1917, um grupo de mulheres, arriscando a repressão da polícia do tsar, preparou uma greve e uma marcha pela cidade de São Petersburgo – operárias, em sua maioria, muitas sindicalizadas e socialistas. E, nas palavras de uma testemunha da época, Leon Trotski¹⁴: “nos círculos da social democracia a preparação para o dia das mulheres previa os habituais discursos e reuniões e que apesar dos descontentamentos e o estado geral de ânimo, ninguém poderia prever, na véspera, que o 8 de março seria o ponto de partida para a Revolução Russa!”.

A presença ativa das mulheres no processo revolucionário e o retorno de Aleksandra do exílio alemão possibilitaram que, de uma só vez,

¹³ Aleksandra Kollontai, *Autobiografia de uma mulher emancipada*, cit., p. 96.

¹⁴ *Historia da Revolução Russa* (São Paulo, Sundermann, 2007), 2. v.

as mulheres russas conquistassem direitos que até hoje são negados ou parcialmente aceitos na maior parte do mundo. Pela primeira vez na história da humanidade as mulheres tiveram seus direitos iguallados com os dos homens, ademais do acesso livre ao divórcio e o direito ao aborto. Tinha-se em vista superar a dupla jornada de trabalho. Com a vitória dos comunistas, Kollontai é nomeada Comissária do Povo da previdência social (correspondente a um ministério). Conta ela que:

minha principal tarefa como Comissária do Povo consistia no seguinte: melhorar, por meio de decretos, a situação dos inválidos de guerra; suprimir a religião no ensino ministrado às meninas, cujos colégios dependiam do Ministério [...] implantar o direito de que as próprias alunas administrassem seus colégios. Em transformar os antigos orfanatos em residências estatais para crianças [...]; [...] criar os primeiros alojamentos para os pobres e menores e, sobretudo, organizar [...] um sistema de sanatórios gratuitos por todo o país.¹⁵

Além dos problemas econômicos que a Rússia enfrentava, esgotada pelas guerras externas e internas, Aleksandra Kollontai teve de afrontar o moralismo vigente, que pesava especialmente sobre a mulher. Ela atacou o que chamava de mentalidades atrasadas, defendendo uma nova mulher que trabalha, é independente e abdica da vida familiar burguesa (não será por coincidência que esse perfil correspondia exatamente à própria Kollontai). Ao analisar as novas heroínas dos romances contemporâneos, ela comenta que “a mulher transforma-se gradualmente de objeto da tragédia da alma masculina em sujeito de sua própria tragédia”¹⁶. Vale dizer, a mulher torna-se sujeito de sua própria história.

O destaque do tema da mulher trabalhadora não se reduz, no entanto, à questão dos direitos trabalhistas e à necessidade de socialização do trabalho doméstico. Kollontai, com muita sensibilidade, captou outro aspecto da opressão feminina, tal como ela formula em *A nova moral e a classe operária*, de 1918. Ela acreditava na capacidade do operariado em dar origem a uma nova moral, em que a dedicação ao bem comum e à solidariedade entre homens e mulheres suplantaria o amor egoísta e antissocial da ideologia burguesa. Assim, em *A*

¹⁵ Ibidem, p. 34.

¹⁶ Judith Stora-Sandor, *Alexandra Kollontai: marxisme et révolution sexuelle* (Paris, Maspero, 1973), p. 132. Aqui em tradução livre.

ideologia proletária e o amor, Kollontai afirma que a classe operária deve ter presente:

a importância da emoção amorosa como um fator que pode ser utilizado em benefício da coletividade. Que o amor não é, de modo algum, um fenômeno “privado”, simplesmente um caso de dois “corações” que se amam, que ele encerra um princípio de ligação precioso para a coletividade, disto temos testemunho no que, em todas as etapas de seu desenvolvimento histórico, a humanidade editou normas que determinam quando e em que condições o amor seria “legítimo” [...] e quando seria “culpável”. A tarefa da ideologia proletária não é arrancar Eros das relações sociais, mas simplesmente de guarnece-lo com flechas de uma nova têmpera, educar o sentimento de amor entre os sexos no espírito de uma grande nova força psíquica: a solidariedade-camaradagem.¹⁷

A contemporaneidade de dois temas assinalados – a crise das relações entre os dois sexos, especialmente visível a partir da própria contestação feminista ao modelo familiar tradicional (Kollontai diria “burguês”) e a questão das possibilidades de se preservar Eros nas relações sociais (que aponta para a abordagem psicanalítica e as possibilidades de construção de uma sociedade que não ocasione tanto mal-estar para seus membros) – são formulações que demonstram a sensibilidade de Kollontai. No entanto, a adesão das marxistas brasileiras privilegiou mais a dimensão social de seus escritos do que propriamente sua visão sobre a nova qualidade da relação homem/mulher.

Na verdade, a radicalidade de Aleksandra no tocante ao programa de libertação sexual não foi superada por nenhuma outra feminista do século XX. Pode-se bem imaginar o escândalo que causava sua defesa do amor livre, da liberalização do aborto e de uma nova família. O libertarismo da autora também não era de agrado do comunismo oficial, tanto que o título de sua autobiografia, *Memórias de uma mulher comunista sexualmente emancipada*, sofreu várias censuras pelos tradutores, a maior parte suprimindo o “comunista” e outros, o “sexualmente”¹⁸.

Mas provando que os direitos conquistados arduamente podem ser perdidos em poucos anos, os dados da Rússia pós-comunista atestam

¹⁷ Ibidem, p. 202-3. Aqui em tradução livre.

¹⁸ Talvez até por uma ironia histórica, Simone de Beauvoir intitulou o primeiro livro de sua autobiografia como *Memórias de uma moça bem-comportada* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2015).

a rápida degradação das mulheres russas, no centenário da revolução de 1917. Em 1989 elas ocupavam um terço do Congresso dos deputados do povo, graças ao sistema de quotas do Partido Comunista da União Soviética. Hoje as mulheres eleitas representam apenas 12,6% do total de deputados.

O jornal *L'Humanité*, órgão oficial do Partido Comunista Francês, comenta que em 1917 os revolucionários conquistaram o direito ao aborto e o acesso das mulheres a todas as responsabilidades e cargos de trabalhos, ao mesmo tempo que se instauravam punições para as agressões no seio das famílias. Cem anos mais tarde, no dia 12 de janeiro de 2017, pela esmagadora maioria de 368 votos contra um (de um deputado comunista) foi votado um projeto de lei que visa despenalizar as violências domésticas em nome da “tradição familiar”, com o apoio da Igreja Ortodoxa. A lição que podemos extrair desses retrocessos é que, como afirma Angela Davis¹⁹, “a liberdade é uma luta constante”.

¹⁹ Angela Davis, *Freedom is a Constant Struggle* (Chicago, Haymarket, 2016).